



PORTARIA N° 876 de 16 de novembro de 2017

Outorga a TERAPLENAGEM CENTRO OESTE LTDA EPP o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água na sub bacia do Rio Paraguai.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, **Mauren Lazzaretti**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 254 de 25 de Abril de 2016, e

Considerando os Termos da Lei Estadual n° 6.945 de 05 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto n° 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n° 27, de 09 de julho de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n° 02, de 02 de março de 2012, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico N° 2563/GOUT/CCRH/SURH/2017 de 14 de novembro de 2017, acostado às fls. 55/56 (f/v), do processo SAD N° 416076/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a Terraplenagem Centro Oeste LTDA - EPP, CNPJ: 01.294.313/0001-62, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos para captação de água nos corpos hídricos descritos abaixo, com a finalidade de outros usos (umidificação de terrenos para terraplenagem e pavimentação asfáltica Rodovia MT-343, trecho: Assari - Denise - Arenópolis, Município de Denise/MT, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento P-3 - Alto Paraguai Superior, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I - Coordenada geográfica da captação 01 - córrego Sem Denominação: 14°40'43,50" de Latitude Sul e 57°00'45,91" de Longitude Oeste (SIRGAS 2000); e vazão máxima de captação de 18,75 m³/h (0,005208 m³/s ou 5,2 L/s), captando oito horas por dia, todos os dias no mês, totalizando o volume anual de 54.746,5 m³;

II - Coordenada geográfica da captação 02 - córrego Sem Denominação: 14°48'43,74" de Latitude Sul e 57°08'08,58" de Longitude Oeste (SIRGAS 2000); e vazão máxima de captação de 18,75 m³/h (0,005208 m³/s ou 5,2 L/s), captando oito horas por dia, todos os dias no mês, totalizando o volume anual de 54.746,5 m³;

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 20 de novembro de 2020 podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I. descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;

II. conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III. incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 6 de junho de 2007;

IV. indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I. quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II. quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º A outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade.

Art. 7º. O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997.

Art. 8º. A outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º. Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 16 de novembro de 2017.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRE-SE.



MAUREN LAZZARETTI

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos
SEMA/MT

